

## Orlando Valverde



**Filiação:** Pai: Antônio Valverde Gonzalez

**Mãe:** Elisa Alcântara M. Valverde

**Data de nascimento:** 16 de abril de 1917

**Naturalidade:** Rio de Janeiro - RJ

**Registro profissional:** 52248/D Crea-RJ

**Formação profissional:** Geógrafo

### **Currículo**

A história da ciência geográfica e da profissão de Geógrafo no Brasil, desde a primeira metade do século passado, se confunde com a história de vida de Orlando Valverde.

O professor Orlando Valverde exerceu suas atividades profissionais, sobretudo na Fundação IBGE, de 1938 a 1982, exercendo as seguintes funções: Secretário Assistente, Chefe da Seção Cultural, Diretor da Divisão de Geografia e Diretor da Divisão Cultural. A partir de 01/08/73 tornou-se Analista Especializado, classe 9 (Geógrafo Sênior, quando contratado pela Fundação). Chefiou o grupo de Pesquisas da Amazônia, no Departamento de Geografia (DEGEO). Chefe do Departamento de Recursos Naturais da SUPREN, de 01/07/77 a 01/10/1978.

Realizou pesquisas científicas no campo da Geografia, em todo Brasil, com ênfase especialmente nos últimos 30 anos na Amazônia. Estudos e debates sobre o problema crucial do manejo florestal.

A vasta produção técnico-científica de Orlando Valverde, notadamente suas pesquisas, está registrada em artigos de revistas científicas ou não, conferências, palestras, participação em congressos, cursos, etc, de diversas instituições ou ONGs, programas de televisão e de rádio do Brasil e do exterior.

Foi Secretário da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História - IPGH. Vice-Presidente da mesma Comissão, de julho de 1963 a julho de 1973, quando ela foi transferida para o Canadá.

Exerceu a função de Professor Visitante na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), de agosto de 1965 a janeiro de 1966, e na Universidade de Heidelberg (Alemanha), de maio a julho de 1967.

Em 1967, quando se teve conhecimento no Brasil do Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, elaborado por Hermann Kahn, do Institute Hudson, de Nova York, a serviço do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Orlando Valverde integrou o grupo que, liderado pelo professor Henrique Miranda, então Secretário-Geral do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, e hoje, Diretor e Conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), fundou a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA). A CNDDA, combateu com êxito o desnacionalizante Projeto, que pretendia barrar o Rio Amazonas, na altura de Óbidos, para construir uma hidrelétrica, visando

“desenvolver” a região, quando na realidade, os documentos da citada Instituição Americana referiam-se ao “acesso fácil às terras altas onde se encontravam os minérios e a floresta”.

Desde o início, Orlando Valverde presidiu o Departamento de Estudos da CNDDA, que continuou tratando de temas relacionados com a defesa e desenvolvimento da Região, sendo, desde a década de 80, defensor das reservas extrativistas e indígenas e contra a invasão das depredadoras madeireiras internacionais, que destruíram as florestas tropicais asiáticas e hoje avançam sobre a Amazônia.

Em janeiro de 1967, Orlando Valverde participou do grupo de profissionais de várias especialidades, reunidos por iniciativa de seu amigo de sempre, Henrique Miranda, para tomar conhecimento de Projeto de construção de Hidrelétrica, barrando o rio Amazonas. Com a obtenção da documentação sobre o Projeto, verificou-se que se tratava do Plano dos Grandes Lagos Amazônicos, elaborado pelo Instituto Hudson, de Nova Iorque, parte do planejamento estratégico do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Em reunião mais ampla, convocada por Henrique Miranda, e para a qual Orlando Valverde convidou vários colegas geógrafos, fundou-se a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA).

O Plano citado abrangia a Amazônia continental, com seis Projetos, entre os quais o do Grande Lago Amazônico, planejado para a Amazônia central brasileira. O conjunto dos projetos foi editado pelo Instituto Hudson em inglês, espanhol e português.

Formou-se, então, na CNDDA, a Comissão de Estudos, cuja coordenação ficou a cargo de Orlando Valverde, para análise e crítica do referido Projeto.

A direção da CNDDA levou ao conhecimento do Prof. Artur César Ferreira Reis, eminente historiador e ex-governador do Amazonas, seu Estado natal, e reconhecido nacionalista, e propôs-lhe organizar uma entrevista coletiva de imprensa, com a qual ele concordou. E denunciou, então, o projeto como grave ameaça à Soberania Nacional.

O Projeto foi encaminhado, pelo Executivo, ao Congresso Nacional que pediu o parecer do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). No EMFA, o Projeto do Grande Lago Amazônico teve como relator um major da Aeronáutica, que procurou a CNDDA a fim de obter maiores dados sobre o assunto.

Orlando Valverde preparou, com os membros da Comissão de Estudos, relatório definitivo. Nele denunciou os propósitos neocolonialistas do Projeto coordenado por Hermann Kahn, diretor do Instituto Hudson, evidenciados nas quatro características fundamentais das obras hidráulicas: 1) baixo custo, 2) represas baixas, construídas de terra ou aterro hidráulico, 3) baixa eficiência, alegando que “o valor da eletricidade, por si só, não justificaria a construção; e 4) a extração vegetal e mineral, como metas dos esforços estrangeiros do “desenvolvimento”.

Orlando Valverde esclarecia, ainda no Relatório, a avaliação, feita pelo Instituto Hudson, do impacto político do projeto no Brasil. Isto porque o Projeto ficava numa área inexplorada, onde os investimentos privados eram poucos e a “classe dominante” era representada por militares, servindo nos postos avançados do país.

Assim, diziam os documentos do Instituto Hudson, havia vantagens na aplicação de capitais nas áreas inexploradas, porque poderia proporcionar altos lucros, sem causar impactos políticos no país e sem, portanto, levantar nenhuma oposição séria.(!)

Hermann Kahn julgava não haver oposição no Brasil a seu Projeto, no que estava completamente errado, como, mais tarde, o estrategista americano estaria ao considerar certa a vitória dos Estados Unidos no Vietnã.

O Parecer do EMFA, embasado no Relatório coordenado por Orlando Valverde, foi radicalmente contrário ao Projeto norte-americano, finalmente arquivado.

Esta foi a vitória da CNDDA e, conseqüentemente, de Orlando Valverde, coordenador da Comissão de Estudos, a qual continuou a dirigir até ser eleito Presidente da CNDDA, em 1984.

A CNDDA e Orlando Valverde perceberam que a cobiça internacional pela Amazônia continuava e que era preciso manter a vigilância. Logo depois vieram as denúncias sobre venda de terras a estrangeiros. Houve CPI sobre o tema na Câmara Federal, e seu relator foi o Deputado e Brigadeiro Haroldo Veloso. Após três anos de investigações, a CPI chegou a calcular a área de terras vendidas a estrangeiros em 200 000 km<sup>2</sup> da Amazônia brasileira, cercando-a a leste e sul e bloqueando a embocadura do rio Amazonas, no Pará e no Amapá. A revista da CNDDA, "A Amazônia Brasileira em Foco" publicou na íntegra o Relatório Veloso, em seu número 2. A campanha, com a documentação levantada pela CPI, foi intensa, vindo, em conseqüência, a legislação que regulava a venda de terras a estrangeiros.

A luta contra a apropriação de terras por estrangeiros retornou com o Projeto Jari, de Daniel Ludwig, que ocupava vastas extensões no vale do Jari, tanto no Pará como no Amapá. Essa campanha também resultou em CPI. Era um projeto megalômano: plantação de gmelina (árvore exótica) para a produção de celulose, compra de fábrica de celulose no Japão e sua vinda flutuando, do Japão ao rio Jari (onde se encontra até hoje, mas consumindo não mais a gmelina, que não se adaptou, mas pinus e eucalipto), e, ainda, plantação de arroz, com duas safras anuais, e exploração do caulim. Tudo isto em sigilo, sem o acesso de brasileiros. Com os erros cometidos e as exigências não atendidas mais pelo governo brasileiro, porque havia manifestações claras da Sociedade brasileira contra o Projeto, Ludwig resolveu "vendê-lo" a um grupo de empresários brasileiros, mas as dívidas foram pagas pelo Banco do Brasil, que não pode participar das gestões empresariais, ao contrário do BNDES, que anteriormente avalizou iniciativas da Jari. Os bons negócios, como a mina e o beneficiamento do caulim e da bauxita refratária, foram para Azevedo Antunes, da ICOMI, do grupo CAEMI. Foi valioso fator de esclarecimento e mobilização o livro "O Projeto Jari", de autoria da geógrafa Irene Garrido, da Comissão de Estudos da CNDDA.

Entre a CPI de vendas de terras do Deputado Veloso e o Projeto Jari, várias campanhas foram levadas, como aquelas pela conservação da Natureza, como a questão florestal, com a devastação florestal para a implantação de projetos pecuários subsidiados pela SUDAM, que enriqueceu muitos aproveitadores. Nesta

mesma linha ambientalista, lutou-se contra o assoreamento do lago Batata, onde eram lançados os rejeitos de bauxita da Mineração Rio do Norte, no rio Trombetas, Pará, e contra a construção de barragens de hidrelétricas sem planejamento social de realocação das populações das áreas a serem inundadas, nem ambiental, de avaliação das alterações no meio ambiente, que poderiam ser corrigidas. O projeto de carvoejamento para pequenas guseiras, ao longo da E.F. Carajás, atingia a saúde da população envolvida e a natureza, destruindo-a.

Atualmente, a pugna vitoriosa foi contra o Acordo Brasil-Estados Unidos para a utilização da Centro de Lançamento de Alcântara. Durou dois anos e meio, mas o Acordo foi retirado da pauta pelo Governo do Presidente Lula. Orlando Valverde, como Presidente da CNDDA, deu eficaz apoio à campanha encabeçada pelo seu Vice-Presidente, Henrique Miranda.

Foi redator do Departamento de Geografia da Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda (especialmente para a Enciclopédia Mirador Internacional), no período de julho de 1971 a setembro de 1973.

Participação, com êxito, na Audiência Pública em Rio Branco (AC), em 1990, que debateu o RIMA para desmatamento de 5500 há, na estrada entre Rio Branco e Sena Madureira, alegando o despovoamento da área. Participação com êxito, na Audiência Pública, e Laranja do Jarí, que em 1991 debateu o RIMA para construção da estrada Macapá- Laranjal, que atravessa a Reserva Extrativista do Cajari (AP).

Escreveu os 29 livros, dentre eles: Planalto Meridional do Brasil, com edições em português, inglês e francês (1956), Geografia Agrária do Brasil (1964), A Rodovia Belém-Brasília - Estudo de Geografia Regional (1967), Problemática da Amazônia (1971), "Beiträge zur Geographie Brasiliens" - Contribuições à Geografia do Brasil - (1971), Geografia do Brasil - Região Sul (1977), A organização do espaço na faixa da Transamazônica (1979), Reflexões sobre a Geografia (1980), A Questão Agrária no Brasil (1980), O Problema Florestal na Amazônia Brasileira (1980) - Reeditado em italiano in "Lo Spazio Agricolo Brasiliano" (1986), Estudos da Geografia Agrária Brasileira (1985); 07 livretos e 38 artigos.

Além disso proferiu diversas conferências, participou em 13 bancas de concursos e traduziu 16 trabalhos científicos.

Orlando foi o primeiro Geógrafo a ter a carteira de trabalho assinada pela Fundação IBGE, como GEÓGRAFO (Anos 30 do século passado). Orlando recebeu o Prêmio Crea-RJ de Meio Ambiente em 1998, e depois a Medalha do Mérito Profissional do Crea-RJ, além de agraciado com o título de Doutor "Honoris Causa" pela UFRJ.

Recebeu ainda os prêmios: "Entwicklungsländerpreis" (Regiões em Desenvolvimento), em 1991, conferido pela Universidade de Giessen (Alemanha), pelos trabalhos realizados na Amazônia e Medalha Pedro Ernesto, conferida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro.